



# Demonstrações financeiras

**Pecém II Participações S.A.**  
31 de dezembro de 2022 e 2021  
com relatório dos auditores independentes  
sobre as demonstrações financeiras

# Demonstrações financeiras

---

## **Pecém II Participações S.A.**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## **Pecém II Participações S.A.**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

# Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS .....	4
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES .....	5
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXAS .....	6
BALANÇO PATRIMONIAL .....	7
BALANÇO PATRIMONIAL .....	8
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DOS PATRIMÔNIOS LÍQUIDOS .....	9
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	10

**01** Contexto operacional \_ 10

**02** Licenças e autorizações \_ 10

**03** Base de elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras \_ 10

**04** Resumo das principais práticas contábeis \_ 11

**05** Estimativas e julgamentos contábeis críticos \_ 12

**06** Caixa e equivalentes de caixa \_ 12

**07** Títulos e valores mobiliários \_ 13

**08** Impostos a recuperar \_ 13

**09** Investimento \_ 14

**10** Impostos e contribuições a recolher \_ 15

**11** Instrumentos Financeiros e Gerenciamento de riscos \_ 16

**12** Partes Relacionadas \_ 19

**13** Patrimônio Líquido \_ 20

**14** Custos e Despesas por natureza \_ 21

# Pecém II Participações S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## Demonstrações dos Resultados

		Controladora	
	Nota	2022	2021
<b>Despesas/Receitas operacionais</b>			
Gerais e administrativas	14	(165)	(105)
Resultado de equivalência patrimonial	9	58.105	170.560
<b>Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos</b>		<b>57.940</b>	<b>170.455</b>
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras		218	197
Despesas financeiras		(10)	(9)
<b>Lucro antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>58.148</b>	<b>170.643</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro</b>			
Corrente	13	(10)	(20)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>58.138</b>	<b>170.623</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Pecém II Participações S.A.**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## Demonstrações dos Resultados Abrangentes

	Controladora	
	2022	2021
Lucro líquido do exercício	58.138	170.623
Outros resultados abrangentes a ser reclassificados para resultado do exercício em exercícios subsequentes		
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	58.138	170.623

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Pecém II Participações S.A.**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## Demonstrações dos Fluxos de Caixas

	Controladora	
	2022	2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>	58.148	170.643
Ajustes para reconciliar o prejuízo ao fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Resultado de Equivalência Patrimonial	(58.105)	(170.560)
Rendimento de TVM	(215)	(197)
	<b>(172)</b>	<b>(114)</b>
(Aumento) redução nos ativos /Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Impostos a recuperar	(24)	(31)
Impostos, taxas e contribuições	(10)	(7)
Fornecedores	-	-
Operações comerciais e mútuos com partes relacionadas Ativo e Passivo	70	(41)
Outros Ativos e Passivos	3	1
	<b>39</b>	<b>(78)</b>
Dividendos Recebidos	128.694	41.412
Dividendos Pagos	(128.754)	(22.187)
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(10)	(67)
<b>Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas (consumidos nas) atividades operacionais</b>	<b>(203)</b>	<b>18.966</b>
<b>Fluxo caixa das atividades de investimentos</b>		
Redução de Capital	-	(19.226)
Títulos e valores mobiliários	297	601
<b>Caixa e equivalentes de caixa líquido gerados pelas (consumido nas) atividades de investimentos</b>	<b>297</b>	<b>(18.625)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
<b>Caixa e equivalentes de caixa líquido gerados pelas (consumido nas) atividades de financiamentos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Redução de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>94</b>	<b>341</b>
<b>Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do exercício	628	287
No fim do exercício	722	628
<b>Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>94</b>	<b>341</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Pecém II Participações S.A.**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Balanco Patrimonial**

		Controladora	
	Nota	2022	2021
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	722	628
Títulos e valores mobiliários	7	1.028	1.110
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	8	83	58
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	12	11.957	32.174
<b>Total Circulante</b>		<b>13.790</b>	<b>33.970</b>
<b>Não circulante</b>			
		-	-
Investimentos	9	1.105.672	1.156.048
<b>Total Não Circulante</b>		<b>1.105.672</b>	<b>1.156.048</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>1.119.462</b>	<b>1.190.018</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Pecém II Participações S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Balanço Patrimonial

		Controladora	
	Nota	2022	2021
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher	10	11	20
Dividendos a pagar	13	23.929	64.378
		<b>23.940</b>	<b>64.398</b>
<b>Não circulante</b>			
Operações comerciais com partes relacionadas	12	3.472	3.402
Outras obrigações		122	122
		<b>3.594</b>	<b>3.524</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>27.534</b>	<b>67.922</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
	13		
Capital social		981.423	981.423
Reserva de capital		17.784	17.784
Reserva legal		12.796	9.889
Reservas de Lucro		-	64.377
Dividendos adicionais propostos		23.929	-
Reserva de Incentivos fiscais		55.996	48.623
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>1.091.928</b>	<b>1.122.096</b>
<b>Total Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>1.119.462</b>	<b>1.190.018</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## Pecém II Participações S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social Integralizado	Reserva Legal	Reserva de capital	Reserva de Lucro	Dividendos adicionais propostos	Reserva de Incentivo Fiscal	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2021	1.000.432	1.358	18.001	16.640	-	15.286	-	1.051.717
Redução de capital	(19.226)	-	-	-	-	-	-	(19.226)
Aumento de capital	217	-	(217)	-	-	-	-	-
Transferência para dividendos	-	-	-	(16.640)	-	-	-	(16.640)
Incentivo fiscal SUDENE	-	-	-	-	-	33.337	(33.337)	-
<b>Transações com acionistas:</b>								
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	170.623	170.623
Reserva legal	-	8.531	-	-	-	-	(8.531)	-
Reserva de lucros	-	-	-	64.377	-	-	(64.377)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	(64.378)	(64.378)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	981.423	9.889	17.784	64.377	-	48.623	-	1.122.096
Incentivo fiscal SUDENE	-	-	-	-	-	7.373	(7.373)	-
<b>Transações com acionistas:</b>								
Dividendos adicionais - lucros do exercício anterior	-	-	-	(64.377)	-	-	-	(64.377)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	58.138	58.138
Reserva legal	-	2.907	-	-	-	-	(2.907)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	(23.929)	(23.929)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	23.929	-	(23.929)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	981.423	12.796	17.784	-	23.929	55.996	-	1.091.928

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Pecém II Participações S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

### 1. Contexto operacional

A Pecém II Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado e foi constituída em 13 de novembro de 2008 sob a denominação de MPX Pecém II Participações S.A., com capacidade total de 360MW. Em 13 de dezembro de 2013 sua razão social foi alterada para Pecém II Participações S.A. ("Companhia"). Além disso, A Pecém II Participações S.A. é controladora da Pecém II Geração de Energia S.A. (Controlada), que possui autorização para operação em usina termelétrica ("UTE"), com um total de 100% em sua participação.

Em 30 de setembro de 2008, a controlada sagrou-se vitoriosa no Leilão A-5 garantindo a comercialização de 276 MW médios por um período de 15 anos. O contrato garante uma receita anual mínima, indexada ao IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IBGE) e, adicionalmente, uma receita variável destinada a cobrir os custos (combustível, operação e manutenção).

### 2. Licenças e autorizações

A Companhia trata-se de uma holding que tem investimento na operação da Pecém II Geração de Energia S.A. ("controlada" ou "Pecém II"), sua controlada integral que possui autorização para operação de uma usina termelétrica ("UTE") a carvão mineral, instalada no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), Estado do Ceará, com capacidade instalada de geração de 365MW. Em 18 de outubro de 2013, a controlada Pecém II recebeu autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para iniciar a operação comercial, que vigorará pelo prazo de 35 anos, a partir da data de autorização, conforme Portaria nº. 209, de 27 de junho de 2008, do Ministério de Minas e Energia.

Em 14 de setembro de 2021 foi emitida a atual Licença de Operação (LO) 405/2021 da controlada que autoriza as operações por quatro anos, possuindo validade até 13 de setembro de 2025.

Além dos programas socioambientais exigidos nessas condicionantes, a controlada Pecém II sustenta as linhas de pesquisas e desenvolvimento em projetos com o potencial de minimizar eventuais impactos socioambientais causados por sua atividade, dentre essas ações destaca-se a utilização das cinzas geradas na usina ("Pecém II") para fabricação de cimento.

Em 24 de maio de 2021, Pecém II Geração de Energia S.A. obteve da Superintendência Estadual do Meio Ambiente - ("SEMACE") do Estado do Ceará a renovação da Licença de Operação de nº 05/2021, embasada no parecer técnico nº SEMURB nº 65/2021, referente a uma linha de transmissão de energia elétrica de 230 KV com extensão de 1,8 KM de interesse de Pecém II Geração de Energia S.A. Localizada na Rodovia CE 085, KM 37,5, Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP, Distrito de Pecém, no Município de São Gonçalo do Amarante – Ceará. Sua vigência será até 24 de maio de 2024.

Por fim, a Pecém II perseguiu tempestivamente as condições estabelecidas na Outorga de Direito de Uso de Água nº 454/2016 emitida pela Coordenadoria de Gestão dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará (CGERH), garantindo a disponibilidade hídrica para o adequado funcionamento da usina na produção de energia elétrica.

### 3. Base de elaboração e apresentações das demonstrações financeiras

#### 3.1 Declaração de conformidade e base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais da Companhia referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 4. "Resumo das principais práticas contábeis".

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por certos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Companhia avaliou as exigências do CPC 36 - norma contábil que trata sobre demonstrações consolidadas e concluiu que está isenta da necessidade de divulgação de seus saldos consolidados. A Cia se enquadra no item 4 que estabelece que uma entidade não precisa

## **Pecém II Participações S.A.**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

divulgar suas informações financeiras consolidadas caso satisfaça as quatro condições estabelecidas na norma.

Tais condições são atendidas pela Pecém II Participações, visto que sua controladora final disponibiliza ao público as demonstrações em que as controladas são consolidadas e que a Companhia não se enquadra nas demais restrições do item, satisfazendo assim as condições da norma de isenção.

A decisão de não divulgar os saldos consolidados é justificada por razões estratégicas e pela complexidade envolvida no processo de consolidação, de forma que a demonstração continue mantendo transparência e conformidade com a norma.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 5. “Estimativas e julgamentos contábeis críticos”.

Na preparação destas demonstrações financeiras, as mesmas políticas contábeis foram aplicadas nos exercícios apresentados.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 29 de maio de 2023.

### **3.2 Declaração de continuidade**

A administração avaliou a capacidade da Companhia e sua controlada em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, além de pleno acesso ao mercado de capitais para captação de recursos financeiros para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui capital circulante líquido (CCL) negativo em R\$ 10.150 ( em 31 de dezembro de 2021 CCL negativo de R\$ 30.428). Entretanto, não podemos avaliar isoladamente o CCL negativo, principalmente se levarmos em consideração que a Companhia gerou em 2022 fluxo de caixa operacional positivo e tem gerado lucros consecutivos nos últimos anos, além de ter obrigações de curto prazo com partes relacionadas.

A administração entende que a estratégia comercial e administrativa na gestão dos custos e despesas, adotada nos últimos anos e que trouxeram a Companhia e sua controlada para resultados positivos, continuará a ser praticada. Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional dos negócios da Companhia e sua controlada.

### **3.3 Mudanças nas práticas contábeis e divulgações**

A Companhia adotou sem impactos significativos, as alterações ao CPC 27/IFRS 3 - Recursos antes do uso pretendido cujas alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso a partir de 1º de janeiro de 2022. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

A partir de 1º de janeiro de 2023, as normas “CPC 50 – Contratos de seguros” foram alteradas conforme minuta de revisão de pronunciamentos técnicos nº 21, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia e não terão impacto significativo nas demonstrações financeiras.

## **4. Resumo das principais práticas contábeis**

### **4.1. Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e sua controlada. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor nas datas dos balanços. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

### **4.2. Participação nos resultados**

## Pecém II Participações S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia e sua controlada reconhecem um passivo e uma despesa de participação nos resultados de funcionários com base em metas corporativas estabelecidas atreladas ao plano de desenvolvimento e crescimento da Companhia e sua controlada. A participação nos resultados é composta por avaliação das metas de todos os colaboradores e diretoria. No entendimento da Administração, esse benefício vem sendo aprimorado com o passar dos anos para proporcionar um maior engajamento dos funcionários na melhoria dos resultados da Companhia e sua controlada.

### 4.3.Subvenção governamental

A controlada está situada em uma região na área de atuação da Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) e obteve o incentivo fiscal que estabelece uma redução de 75% do imposto de renda do lucro decorrente da receita incentivada, até 2027. O resultado obtido com este benefício fiscal é a redução da despesa de imposto de renda e, na distribuição dos resultados do exercício, o montante reduzido da despesa é destinado à conta de reserva de incentivos fiscais, conforme disposição legal.

As demais práticas contábeis relevantes da Companhia e sua controlada estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

## 5. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e sua controlada e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

### 5.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas

## 6. Caixa e equivalentes de caixa

### Prática contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo demonstrados na data do balanço a valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

	Controladora	
	2022	2021
Caixa e bancos	1	1
Fundo de Investimento	721	627
	<b>722</b>	<b>628</b>

A Administração utiliza seus títulos para gestão de caixa, visando atender compromissos de curto prazo.

## Pecém II Participações S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 7. Títulos e Valores Mobiliários

#### Prática contábil

Referem-se às aplicações financeiras que não se caracterizam como caixa e equivalentes, conforme nota explicativa 6. A Companhia, historicamente, recupera seus investimentos em aplicações financeiras pelo recebimento de juros e principal, por isso são registrados inicialmente pelos valores de transação e, posteriormente, atualizados pelos juros transcorridos, com base na taxa de juros efetiva. As atualizações das aplicações financeiras são receitas da Companhia apresentadas no grupo do Resultado Financeiro, na demonstração de resultados.

		Controladora
	2022	2021
Fundo de Investimento (a)	1.028	1.110
	<b>1.028</b>	<b>1.110</b>

a. Os papéis dos fundos de investimentos classificados como títulos e valores mobiliários possuem vencimentos que ocorrerão entre 2022 e 2027, com liquidez diária, e são compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade, tais como títulos de renda fixa, títulos públicos, dentre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia. Adicionalmente, os fundos de investimento são aplicações em cotas (FIC), administrados pelo Banco Itaú, que alocam seus recursos em cotas de diversos fundos abertos com suscetibilidade de variação do valor. A Companhia não possui gestão e controle direto sobre exposição, direitos, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e capacidade de utilizar seu poder para afetar o valor dos retornos sobre esses investimentos, tampouco participação relevante (limite máximo de 10% do Patrimônio Líquido do fundo) conforme CPC 36 (R3) / IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas.

### 8. Impostos a recuperar

#### Prática contábil

Os encargos de IRPJ e a CSLL correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço da Companhia e sua controlada quando gera lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia e sua controlada nas apurações dos tributos sobre o lucro com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O IRPJ e a CSLL corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando há montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data das Demonstrações Financeiras.

Os tributos diferidos sobre o lucro são compensados quando há um direito legalmente exequível sobre a mesma entidade tributável. Os ativos fiscais diferidos decorrentes de perdas fiscais e diferenças temporárias não são reconhecidos quando não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser utilizados.

As despesas de IRPJ e CSLL do exercício são reconhecidas na demonstração do resultado, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

#### Impostos a recuperar

O saldo da conta de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) a recuperar está representado a seguir:

## Pecém II Participações S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Controladora	
	2022	2021	2021
Imposto de Renda - IRPJ	78		51
Contribuição Social - CSLL	5		7
	<b>83</b>		<b>58</b>

### Reconciliação da taxa efetiva

Os tributos calculados sobre o lucro líquido compreendem o IRPJ (alíquota de 15% e adicional de 10%) e a CSL (alíquota de 9%). A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social é demonstrada como segue:

	Controladora	
	2022	2021
Resultado do exercício antes do IRPJ/CSLL	58.148	170.642
Alíquota nominal - %	34%	34%
IRPJ/CSLL à alíquota nominal	(19.770)	(58.018)
Diferenças permanentes	4	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	19.756	57.998
Redução Benefício SUDENE e PAT	-	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(10)	(20)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(10)	(20)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	-	-
Total	(10)	(20)
Alíquota efetiva	0,02%	0,01%

## 9. Investimento

### Prática contábil

#### (a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) das quais a Companhia detém o controle. A consolidação contábil é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de exercer o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos, inclusive os passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios, são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. Custos relacionados com aquisições são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras integralmente para fins de apresentação. As transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre partes relacionadas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido.

As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

## Pecém II Participações S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Composição dos saldos

	Controladora	
	2022	2021
Participações societárias	1.105.672	1.156.048
	<b>1.105.672</b>	<b>1.156.048</b>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos dos principais grupos de contas da investida são os seguintes:

	2022					
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado
<b>Controladas</b>						
Pecém II Geração de Energia S.A	569.206	1.614.133	302.702	774.964	1.105.673	58.105
						<b>2021</b>
<b>Controladas</b>						
Pecém II Geração de Energia S.A	594.972	1.639.962	217.657	861.229	1.156.048	170.560

Investimentos	%	Saldo em 2021	Equivalência	Dividendos a receber	Saldo em 2022
<b>Controladas</b>					
<b>Térmicas a Carvão</b>					
Pecém II Geração S.A.	100,00%	1.156.048	58.105	(108.481)	1.105.672
		<b>1.156.048</b>	<b>58.105</b>	<b>(108.481)</b>	<b>1.105.672</b>

## 10. Imposto e contribuições a recolher

O saldo de Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar é composto por:

	Controladora	
	2022	2021
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	6	12
Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL	5	8
	<b>11</b>	<b>20</b>

A Companhia e sua controlada são tributadas com base no regime de Lucro Real efetuando as antecipações mensais de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, nos termos da legislação vigente.

## Pecém II Participações S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 11. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

#### Prática contábil

Um ativo e um passivo financeiro são reconhecidos quando uma entidade se tornar parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro. Exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo, os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão são adicionados ou reduzidos.

#### Classificação e mensuração subsequente

Ativos e passivos financeiros são geralmente, classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Quando ativos e passivos financeiros mensurados a custo amortizado têm seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do exercício. Instrumentos financeiros derivativos são mensurados subsequentemente ao valor justo por meio do resultado.

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas frente as vigentes no mercado. A Companhia e sua controlada não efetuam aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, sendo essa determinação prevista na política de aplicações financeiras vigente.

Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na sua falta, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. Segue abaixo a característica de cada classificação:

- (i) Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo para receber seus fluxos de caixa contratuais;
- (ii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto a sua venda, bem como investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- (iii) Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente está demonstrada a seguir:

- (i) **Nível 1:** são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;
- (ii) **Nível 2:** são informações, que não incluem os preços cotados no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;

## Pecém II Participações S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) **Nível 3:** são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

A descrição dos saldos contábeis dos instrumentos financeiros incluídos nos balanços patrimoniais, bem como a classificação da hierarquia de valor justo, está apresentada a seguir:

	2022				2021			
	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado abrangente	Valor justo por meio do resultado	Total	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado abrangente	Valor justo por meio do resultado	Total
<b>Ativos Financeiros</b>								
Caixa e equivalente de caixa	-	-	722	722	-	-	628	628
Títulos e valores mobiliários	-	-	1.028	1.028	-	-	1.110	1.110
	-	-	1.750	1.750	-	-	1.738	1.738
<b>Passivos Financeiros</b>								
Operações comerciais com partes relacionadas	3.472	-	-	3.472	3.402	-	-	3.402
	3.472	-	-	3.472	3.402	-	-	3.402

### Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

	2022				2021			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>Ativos financeiros</b>								
Caixa e equivalente de caixa	-	722	-	722	-	628	-	628
Títulos e valores mobiliários	-	1.028	-	1.028	-	1.110	-	1.110
		1.750		1.750		1.738		1.738

### Risco de mercado

Risco de variação nos preços de mercadorias (commodities), taxas de câmbio e de juros.

### Risco cambial

A Companhia não possui exposição cambial relevante relacionada ao seu passivo financeiro oriundo de operações em moeda estrangeira.

## Pecém II Participações S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia sofrerem perdas em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão de caixa.

Para mitigar os riscos, a Companhia adota como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto.

A Companhia possui uma política de aplicações financeiras, na qual estabelece limites de aplicação por instituição e considera a avaliação de rating como referencial para limitar o montante aplicado. Os prazos médios são constantemente avaliados bem como os indexadores das aplicações para fins de diversificação do portfólio.

	2022	Controladora 2021
Posições do risco de crédito		
Caixa e equivalente de caixa	722	628
Títulos e valores mobiliários	1.028	1.110
	<b>1.750</b>	<b>1.738</b>

### Risco de liquidez

A Companhia monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado. Os valores reconhecidos em 31 de dezembro de 2022 se aproximam dos valores de liquidação das operações, incluindo a estimativa de pagamentos futuros de juros.

						Controladora 2022
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>Passivos</b>						
Operações comerciais	-	-	-	-	3.472	3.472
	-	-	-	-	<b>3.472</b>	<b>3.472</b>
						<b>2021</b>
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>Passivos</b>						
Operações comerciais	-	-	-	-	3.402	3.402
	-	-	-	-	<b>3.402</b>	<b>3.402</b>

### Gestão de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das empresas para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

## Pecém II Participações S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 12. Partes relacionadas

#### Prática contábil

As transações de compra e de venda de energia, de prestação de serviços e de mútuo são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, as quais são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

A Companhia é administrada pela Diretoria Executiva de acordo com as atribuições e poderes conferidos em Estatuto Social.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos de ativos, passivos e efeitos em resultado de transações com partes relacionadas estão representados da seguinte forma:

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
<b>Operações comerciais</b>						
Eneva S.A.	-	-	3.472	3.402	-	-
<b>Dividendos a pagar</b>						
Eneva S.A.			23.929	64.378		
<b>Dividendos a receber</b>						
Pecém II Geração	11.957	32.174				
	<b>11.957</b>	<b>32.174</b>	<b>27.401</b>	<b>67.780</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

#### Remuneração dos membros da Diretoria

De acordo com a Lei nº 6.404/1976 e com o estatuto social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração da controladora Eneva S.A. efetuar a distribuição da verba entre os mesmos.

## Pecém II Participações S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 13. Patrimônio Líquido

#### 13.1. Capital Social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022, está dividido em 981.423 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

Acionista	2022		2021	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Eneva S.A	981.423	100,00%	981.423	100,00%
<b>Total</b>	<b>981.423</b>	<b>100,00%</b>	<b>981.423</b>	<b>100,00%</b>

#### 13.2. Dividendos

O estatuto da Companhia é omissivo quanto ao valor a ser pago. Desta forma, a Companhia deverá observar as disposições do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, que determina quando o estatuto for omissivo e a Assembleia Geral deliberar alterá-lo para introduzir norma sobre a matéria, o dividendo obrigatório não poderá ser inferior a 25% do lucro líquido ajustado nos termos do inciso I deste artigo. Em 31 de dezembro de 2022 foi constituído dividendo mínimo obrigatório de 50% no montante de R\$ 23.929 (R\$ 64.378 em 2021). Adicionalmente, conforme termos do art. 202, § 6º da Lei das S.A. a Companhia constituiu a proposição de pagamento de dividendos adicionais no valor de R\$23.929.

#### 13.3 Reserva legal

De acordo com a Lei 6.404/76 art. 193, a porcentagem de 5% do lucro líquido do exercício deve ser destinada para constituição da reserva legal, que não poderá exceder 20% do capital social e/ou 30% da reserva legal constituída mais a reserva de capital. Em 31 de dezembro de 2022 foi constituído reserva no montante de R\$ 2.907 e em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 8.531.

#### 13.4 Reserva de lucro

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente do lucro do exercício com base na proposta da administração, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios da Companhia, conforme orçamento de capital a ser aprovado pelo conselho de administração e submetido à Assembleia Geral.

#### 13.5 Reserva de incentivos fiscais

A controlada Pecém II Geração obteve junto a Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) o direito ao benefício fiscal referente a redução de 75% do imposto de renda até o ano calendário de 2023, calculado com base no lucro de exploração. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo dessa reserva foi de R\$7.373 e em 2021 R\$ 33.337.

#### 13.6 Distribuição do resultado

A distribuição do resultado em 31 de dezembro de 2022, está representada da seguinte forma:

	2022
<b>Lucro do exercício</b>	<b>58.138</b>
Reserva legal	(2.907)
Reserva de incentivo fiscal	(7.373)
<b>Base para distribuição</b>	<b>47.858</b>
Dividendo mínimo obrigatório (50%) *	(23.929)
Dividendos adicionais propostos	(23.929)

## Pecém II Participações S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

\* O estatuto da companhia é omissivo quanto ao mínimo, portanto, neste caso, devemos destinar 50% do lucro, conforme Art. 202 da Lei 6.404/76.

Durante o ano de 2022 ocorreram deliberações de dividendos em Assembléia Geral Extraordinária e Ordinária ocorridas em 11 de fevereiro de 2022 e 06 de maio de 2022, onde foram declarados R\$ 47.003 e R\$17.374, respectivamente.

Foi distribuído ao acionista um total de R\$ 128.754, fortalecendo nosso compromisso com o retorno de valor ao investidor.

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>64.378</b>
Declarados	88.305
Pagos	(128.754)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>23.929</b>

## 14. Custos e Despesas por natureza

A composição dos custos de geração de energia e das despesas operacionais é demonstrada como segue:

	2022	Controladora 2021
<b>Despesas administrativas e gerais</b>		
Serviços com pessoal		
Serviços de terceiros	(165)	(34)
Outras	-	(71)
	<b>(165)</b>	<b>(105)</b>
	<b>(165)</b>	<b>(105)</b>

## **Pecém II Participações S.A.**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Diretoria Presidente**  
Sergio Campodarve

**Diretor**  
Lino Lopes Caçado

**Diretor**  
Marcelo Habibe

**Controller**  
Ana Paula Alves do Nascimento  
CRC-RJ 086983/O-0

**Contador**  
Bruno Campelo de Azevedo  
CRC-RJ 106648/O-9



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro  
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Telefone +55 (21) 2207-9400  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da  
Pecém II Participações S.A.  
Rio de Janeiro - RJ

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Pecém II Participações S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pecém II Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de maio de 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Hugo Hermes Blezer  
Contador CRC RJ-109093/O-5